



EUROPEAN PARLIAMENT - Eurodeputada LILIANA RODRIGUES

GABINETE EUROPEU DA MADEIRA

Sessão Plenária de Bruxelas

12 a 15 de Junho de 2017

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

Sessão Plenária de Estrasburgo - 12 a 15 de Junho

Sobre Elementos constitutivos de uma política de coesão da UE pós-2020

- Fonte 1: Europe.eu - 12/05/2017

Link: <http://cor.europa.eu/pt/news/Pages/integration-clause-insularite-dans-politiques-cohesion-ue.aspx>

Comité das Regiões Europeu solicita inclusão de cláusula de insularidade na política de coesão da UE pós-2020

Marie-Antoinette Maupertuis, membro do Conselho Executivo da Córsega, defende as empresas das regiões insulares junto dos decisores políticos europeus

As 362 ilhas da UE enfrentam dificuldades estruturais **e permanentes** específicas que comportam custos adicionais **para as suas empresas, e que entram** as suas perspetivas de desenvolvimento. Na maioria destas regiões insulares não houve um processo de convergência económica nos anos 2000 e, desde então, a sua situação chegou inclusivamente a degradar-se, nomeadamente devido à crise financeira e à falta de inovação. Perante esta situação, o Comité das Regiões Europeu, pela voz de Marie-Antoinette Maupertuis, membro do Conselho Executivo da Córsega, solicitou que as regiões insulares **e, em especial, as suas empresas** beneficiem de **medidas específicas** e de critérios mais pertinentes de elegibilidade para os fundos estruturais na futura política de coesão europeia (2020-2027).

A pedido da Presidência maltesa da UE, o Comité das Regiões Europeu adotou um parecer a fim de identificar as soluções possíveis para promover o espírito empresarial e fomentar o desenvolvimento económico, social e territorial das ilhas. Para além dos custos adicionais ligados à insularidade, as ilhas caracterizam-se por um tecido económico pouco diversificado, uma elevada percentagem de micro, pequenas e médias empresas e um número significativo de empresários que apostam em atividades diferentes.

O CR sublinha que a política de coesão da UE é a política que mais pode contribuir para contrabalançar as disparidades de desenvolvimento entre as ilhas e as demais regiões europeias. No entanto, as regiões insulares não beneficiam de um estatuto específico na atual política de coesão. Por conseguinte, o CR solicita ao legislador que, para além do simples reconhecimento das desvantagens estruturais das ilhas, preveja uma «cláusula de insularidade» na futura política de coesão. Isto passa, nomeadamente, pela criação de novos indicadores de medição da situação socioeconómica para determinar a atribuição de fundos estruturais, que devem ter em conta a acessibilidade e a competitividade das ilhas em determinados setores (economia azul, energia verde, turismo sustentável, etc.).

Aquando da apresentação do seu parecer na reunião plenária do CR, **Marie-Antoinette Maupertuis (FR-AE)** sublinhou que «os empresários que se encontram nas regiões insulares e os cidadãos insulares em geral enfrentam condicionalismos estruturais ligados à sua situação geográfica que comportam custos adicionais que entram as suas perspetivas de crescimento e de desenvolvimento. Solicitamos que se confira especial atenção às ilhas no âmbito da política de coesão da UE após 2020, a fim de compensar os efeitos económicos provocados pelas suas limitações naturais e geográficas. Importa que se lhes permita participar no mercado único, transformando as suas limitações em mais-valias». A relatora advoga a «aplicação efetiva» do artigo 174.º do TFUE, segundo o qual a UE deve consagrar especial atenção às regiões insulares, entre outras, em virtude das suas limitações geográficas, demográficas e sociais.

Tonino Picula (HR-PSE), deputado ao Parlamento Europeu, vice-presidente do intergrupo do Parlamento Europeu «Mares, rios, ilhas e zonas costeiras», congratulou-se com o parecer do Comité

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

das Regiões secundando as respetivas conclusões e recomendações: «A política de coesão atual não apoia devidamente as regiões insulares, pelo que importa levar a cabo reformas de fundo na política de coesão após 2020. O Parlamento Europeu não pretende apenas que o termo «ilhas» surja mais frequentemente nos textos. Ambiciona uma política adaptada e específica que produza resultados concretos para as ilhas».

O CR solicita ainda a criação de um sistema de auxílios ao funcionamento das empresas insulares, a fim de compensar os custos adicionais da insularidade. Tais auxílios devem ser autorizados e isentos, à semelhança do que acontece com as regiões ultraperiféricas e as zonas com fraca densidade populacional. No mesmo espírito, o Comité propõe que as ilhas beneficiem da flexibilização da regra de *minimis* (que dispensa o Estado de notificar à Comissão os auxílios concedidos às empresas cujo montante não excede um determinado limiar), bem como dos requisitos em matéria de contratos públicos.

Por outro lado, convida-se a Comissão Europeia a elaborar um programa de inovação específico para economias insulares. A criação de um programa deste tipo permitiria reequilibrar a situação concorrencial das empresas insulares, confrontadas com custos e limitações significativamente mais acentuados do que as do continente no âmbito dos convites para a apresentação de projetos.

Na União Europeia, há 362 ilhas com mais de 50 habitantes, representando um total de 17,7 milhões de pessoas (das quais 3,7 milhões habitam nas regiões ultraperiféricas). Em 2010, o seu PIB por habitante correspondia a aproximadamente 79,2% da média da União, e uma parte significativa permanecia na categoria das regiões menos desenvolvidas.

As regiões insulares apresentam características geográficas, económicas, demográficas e sociais específicas, que constituem desafios únicos no âmbito da aplicação das políticas europeias: pequena dimensão (área, população, economia), mercado local limitado e dificuldade em obter economias de escala, custos de transporte elevados, relações interindustriais pouco desenvolvidas, défice de saber-fazer empresarial, de infraestruturas e de oferta de serviços para as empresas (comparativamente às das regiões continentais).

O artigo 174.º do TFUE, estabelece que a União deve consagrar especial atenção às regiões insulares a fim de reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões no interior dos Estados-Membros e estes níveis.

Outros Links úteis:

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/how/priorities

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/what/investment-policy/

Sessão Plenária de Estrasburgo - 12 a 15 de Junho

Segunda-feira, dia 12

Apresentação de relatórios:

Relatório sobre Elementos constitutivos de uma política de coesão da UE pós-2020.

Relator: Kerstin Westphal (S&D)

Comissão do Desenvolvimento Regional

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do relatório:**

- Um dos principais objetivos da União Europeia é promover a coesão económica, social e territorial e a solidariedade, e reduzir as disparidades entre os países que a constituem. Esse objetivo tem sido trabalhado através da política de coesão.

- Tendo em conta as contribuições nacionais e outros investimentos privados, o impacto da Política de Coesão entre 2014-2020 deve ser de cerca de 450 mil milhões de euros.

- Só em relação à UE, um terço do seu orçamento, 351,8 mil milhões, foi reservado para a Política de Coesão 2014-2020.

- Até 2020, a UE tem as seguintes metas:

1. Emprego: 75% da faixa etária 20-64 devem estar empregados
2. Investigação e Desenvolvimento: 3% do PIB da UE deve ser investido em I&D
3. Alteração climática e sustentabilidade de energia:
 - 3.1. Uma redução de 20% das emissões de gases com efeitos de estufa em relação aos níveis de 1990
 - 3.2. 20% de energia de recursos renováveis
 - 3.3. 20% de aumento de eficiência energética
4. Educação:
 - 4.1. Redução das taxas de abandono escolar precoce para menos de 10%
 - 4.2. Pelo menos, menos 20 milhões de pessoas em pobreza ou em risco de pobreza e de exclusão social
5. Combate à pobreza e à exclusão social: Pelo menos, menos 20 milhões de pessoas em pobreza ou em risco de pobreza e de exclusão social

- Como nota, em relação ao emprego, em 2015, 76% dos homens na UE encontravam-se empregados enquanto apenas 64% das mulheres encontravam-se na mesma situação. Quase um terço dessas mulheres (32%) trabalhava em part-time e 44% delas escolhe esse regime devido às obrigações familiares

- A Política de Coesão é uma das políticas mais eficazes da União Europeia e continua a ser a uma das principais bandeiras da União.

- As PME's são responsáveis por 80% dos empregos da UE.

- No âmbito do acordo de mudança climática de Paris, as instituições da UE aprovaram o objetivo de gastar pelo menos 20% do orçamento da UE em ações relacionadas com a mudança climática.

- **Processo de fontes:**

- A relatora considera que o funcionamento da UE como "ferramenta de convergência" ficou paralisado após 2008, provocando um aumento das divergências existentes entre os Estados-Membros e dentro dos mesmos, bem como o aprofundamento das desigualdades sociais e económicas em toda a UE.

- A relatora destaca que a política de coesão continua a ser a principal e bem-sucedida e valorizada política de investimento e de desenvolvimento a nível da UE para a criação de emprego sustentável e para criar um crescimento e competitividade inteligentes, sustentáveis e inclusivos a partir de 2020.

- Recorda, também, que a política de coesão desempenhou um papel vital e mostrou uma grande capacidade de resposta às restrições macroeconómicas.

- A relatora opõe-se fortemente a qualquer cenário para a UE27 até 2025, tal como consta do Livro Branco sobre o Futuro da Europa, que reduziria os esforços da UE em relação à política de coesão e convida a Comissão a apresentar uma proposta legislativa abrangente para uma política de coesão forte e eficaz após 2020.

- No relatório, a relatora destaca o valor da política de coesão para enfrentar os desafios inerentes às ilhas, às regiões transfronteiriças e às regiões mais escassas do extremo norte, tal como previsto no artigo 174.º do TFUE, às regiões ultraperiféricas definidas nos artigos 349.º e 355.º do TFUE que beneficiam de uma Estatuto especial e cujas ferramentas e financiamento específicos devem ser mantidos após 2020 e regiões. (Ver página 8 do documento)

- Salienta, também, a importância do FSE, da [Youth Guarantee](#) e da [Youth Employment Initiative](#), especialmente na luta contra o desemprego a longo prazo e juvenil na União, que se situa num nível historicamente elevado, em particular nas regiões menos desenvolvidas, nas regiões ultraperiféricas e em regiões que foram mais atingidas pela crise.

- Salienta a importância da estabilidade nas regras e solicita à Comissão, aquando da elaboração das disposições de execução da política de coesão no âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), que as alterações sejam mínimas.

- Além disso, destaca a natureza plurianual da política de coesão e solicita que o seu período de programação de 7 anos seja mantido ou para a introdução de um período de programação de 5 + 5 anos com uma revisão intercalar.

- **Exposição de motivos: (ver página 14 do documento)**

- Com este relatório, a relatora pretende destacar a importância da aposta na Política de Coesão na UE.

- Na sua visão, existem dois princípios na Política de Coesão que deveriam reunir consenso: um orçamento adequado, que não seja afetado pelo Brexit, e um reforço no compromisso que a PC deve continuar a reduzir as disparidades entre as regiões, com o objetivo de fortalecê-las.

- A relatora entende que a Política de Coesão deve ser simplificada e flexível e refere que é importante começar a preparar os Pós-2020, para que existam iniciativas concretas na altura da sua implementação.

- A relatora reconhece a necessidade de um nível mais elevado de coordenação na Política de Coesão com as políticas macroeconómicas. **(ver página 15 do documento)**

- No que diz respeito ao financiamento, as bolsas devem ser mantidas como a principal ferramenta da Política de Coesão, especialmente para os pequenos beneficiários.

- No que se refere às áreas políticas, a relatora acredita que a luta contra o desemprego é uma das principais questões a abordar.

- **Parecer da Comissão dos Orçamentos: (ver página 16 do documento)**

- A Comissão dos Orçamentos toma nota das deficiências do sistema de planeamento e implementação financeira que levaram ao acúmulo de contas não pagas e à acumulação de um atraso sem precedentes decorrente do último quadro financeiro plurianual para o atual.

- Encoraja a Comissão a refletir sobre diferentes indicadores para além do PIB, que permitiriam uma distribuição equitativa dos fundos no âmbito da política de coesão, a fim de responder aos novos tipos de desigualdades emergentes entre as regiões da UE, além dos relacionados com o desenvolvimento económico.

- Solicita uma auditoria e um controlo suficientes do financiamento dos programas, a fim de assegurar o controlo e maximizar a visibilidade da política de coesão.

- Salienta, tendo em conta o debate sobre a duração do próximo QFP, que a natureza plurianual da política de coesão é de importância crucial; Solicita, por conseguinte, a manutenção do seu período de programação de sete anos ou o estabelecimento de um período de programação de cinco + cinco anos com uma revisão intercalar obrigatória.

Link útil: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A8-2017-0202+0+DOC+PDF+V0//EN>

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

Sessão Plenária de Estrasburgo - 12 a 15 de Junho

Sobre o Envolvimento crescente dos parceiros e visibilidade do desempenho dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

- **Fonte 1: Europe.eu - 12/05/2017**

Link: <http://cor.europa.eu/pt/news/Pages/integration-clause-insularite-dans-politiques-cohesion-ue.aspx>

Making cohesion more effective, relevant and visible to citizens: President Markkula congratulates Maltese Presidency and welcomes EU Council conclusions

Statement by the President of the European Committee of the Regions, Markku Markkula, on the outcome of General Affairs Council (GAC) held on 25 April, Luxembourg.

As the EU's assembly of regional and local political representatives we are pleased to see that EU ministers made clear commitments in favour of cohesion policy as an investment lifeline for many regions and cities. If implemented effectively and in synergy with other public and private funding, this investment will contribute to achieving economic, social and territorial cohesion. It will continue to spark innovation, create jobs and prosperity, support social integration and tackle regional disparities.

More importantly, it directly benefits citizens' lives showing that the EU does matter. The future of Europe now needs a stronger, simpler and more effective cohesion policy. Local and regional authorities know how cohesion funds can best serve their communities so their role must be strengthened to make this cornerstone of EU policy fit for the future.

For European regions and cities the conclusions by the General Affairs Council is therefore a concrete commitment that the forthcoming discussions on the EU budget post 2020 will take into account the crucial role of cohesion policy. This was the political message we shared in an open letter on cohesion policy addressed to the Maltese EU Presidency and shared with all 28 Ministers.

Led by Michael Schneider (EPP/DE), the European Committee of the Regions will adopt its opinion during our plenary on 11-12 May. This is part of our roadmap on cohesion policy during the discussions on the current and future EU budget.

We fully support statement made by Ian Borg, Parliamentary Secretary for EU funds of Malta, who stressed the need for the EU to step-up its efforts to increase visibility of the positive impact of cohesion policy which is why it is a core theme in our communication with citizens.

The European Committee of the Regions will be the first EU institution to adopt a formal position on the future of the EU's cohesion policy during its plenary on 11 and 12 May. Local and regional leaders from all across Europe will be joined by the President of the European Parliament, Antonio Tajani, the European Commission Vice-President Jyrki Katainen and EU Budget Commissioner Günther Oettinger.

The Committee has also stepped-up its work to increase the visibility of cohesion policy including through the organisation of a series of open debates with citizens in towns, cities and regions.

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

- **Fonte 1: Diário de Notícias da Madeira - 22/04/2016**

Link: <http://www.dnoticias.pt/opiniao/artigos/582668-madeira-e-um-exemplo-de-sucesso-da-politica-de-coesao-da-uniao-europe-KHDN582668>

Madeira é um exemplo de sucesso da política de coesão da União Europeia

A convite do Presidente do Governo Regional, realizo agora uma visita à Região Autónoma da Madeira no âmbito do "roteiro da ciência" às cidades e regiões portuguesas inovadoras.

A Região Autónoma da Madeira é hoje um exemplo de sucesso da política de coesão da União Europeia. A mais-valia de 30 anos de projeto europeu estão à vista de todos os habitantes da Madeira. Como Comissário europeu para a área a Investigação, Ciência e Inovação, tenho o privilégio de gerir a pasta que lida com o futuro. Com efeito, hoje em dia, a criação de emprego, o crescimento económico e a competitividade passam inevitavelmente por mais investimento em investigação, ciência e inovação. Como região autónoma em Portugal e como região ultraperiférica na UE, estou certo que a Madeira tem o potencial para tornar-se aqui também num exemplo de regiões que mudam o paradigma da política regional, com um novo ímpeto para a inovação.

Neste minha visita à Madeira trago precisamente esta mensagem. Perante os desafios que a UE e as suas regiões enfrentam, urge aproveitar não só os fundos de coesão mas também o Horizonte 2020 e novos instrumentos, tais como o Plano Juncker. Vim à Madeira para conhecer melhor os projetos inovadores e a produção de conhecimento que é feita nesta Região. E dar a conhecer as oportunidades proporcionadas pelo programa Horizonte 2020. As sinergias entre o programa Horizonte 2020 e os fundos estruturais visam aumentar a quantidade e a qualidade dos investimentos, assegurando um impacto maior dos fundos aplicados na economia regional e na criação de emprego. Este efeito, por si só, motiva os atores envolvidos a maiores sinergias, desde as autoridades públicas regionais, à universidades, centros de investigação e sector privado. No mundo global de hoje, há-que saber ser diferente. Com a sua localização ímpar, as suas potencialidades económicas e o êxito do seu desenvolvimento, a Madeira possui um grande potencial neste campo. Os atores regionais já identificaram os sectores de especialização, as áreas onde a Madeira pode e deve apostar: naquilo que só de si depende, naquilo que é capaz de fazer diferente, que são os seus recursos endógenos. Só assim se mitigam os estigmas da insularidade e se vence nos mercados globais. Porque no mundo de hoje, mas importante que o local onde estamos, por mais belo que seja, é a inovação que trazemos para o mercado.

Carlos Moedas, Comissário Europeu

Sessão Plenária de Estrasburgo - 12 a 15 de Junho

Segunda-feira, dia 12

Apresentação de relatórios:

Relatório sobre o Envolvimento crescente dos parceiros e visibilidade do desempenho dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Relator: Daniel Buda (EPP)

Comissão do Desenvolvimento Regional

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do relatório:**

- Tendo em conta as contribuições nacionais e outros investimentos privados, o impacto da Política de Coesão entre 2014-2020 deve ser de cerca de 450 mil milhões de euros.

- Só em relação à UE, um terço do seu orçamento, 351, 8 mil milhões, foi reservado para a Política de Coesão 2014-2020.

- Apenas 34% dos europeus têm conhecimento de projectos co-financiados pela União europeia que aumentaram a qualidade da vida da área em que residem.

- Os investimentos da política de coesão, juntamente com o co-financiamento nacional, representaram, em média, 15% do investimento público total na UE 28, em certos Estados-Membros que vão de 60 a 80%.

- Além do seu principal papel de reduzir as disparidades entre as regiões da UE, a política de coesão e a sinergia com os fundos de pesquisa e desenvolvimento contribuíram significativamente para o desenvolvimento de plataformas de especialização inteligente, promovendo a inovação e promovendo a excelência em todas as regiões da UE.

- Desde junho de 2010, e também em 2015, 75% das pessoas conscientes dos fundos disseram que tiveram um impacto positivo, com apenas 9% dizendo que o impacto foi negativo;

- **Processo de fontes:**

- O relator acha que a visibilidade dos investimentos na política de coesão deve continuar a ser uma responsabilidade partilhada da Comissão e dos Estados-Membros, com vista a formular estratégias de comunicação europeias eficazes destinadas a garantir a visibilidade dos investimentos na política de coesão.

- Observa ainda que o papel das autoridades de gestão e das autoridades locais e regionais competentes em particular, através da comunicação institucional e dos beneficiários, deve ser uma prioridade visto que estas autoridades têm o melhor conhecimento das realidades e necessidades locais e regionais.

- O relator convida a Comissão e o Conselho a analisar, tanto para o quadro actual como para a reforma da política de coesão pós 2020, o impacto na percepção das políticas da UE das medidas destinadas a reforçar o vínculo com o semestre europeu e a implementar reformas estruturais através de Programas financiados pelos Fundos ESI.

- Reitera o imperativo de encontrar um equilíbrio adequado entre a necessidade de simplificar as regras que regem a implementação da política de coesão e a necessidade de preservar uma gestão financeira sólida e transparente e combater a fraude enquanto ainda a comunica adequadamente ao público. Neste contexto, refere a necessidade de distinguir

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

claramente as irregularidades e a fraude, de modo a não criar desconfiança pública nas autoridades de gestão e nas administrações locais.

- O relator lembra que a natureza estratégica a longo prazo dos investimentos na política de coesão significa que os resultados às vezes não são imediatos, situação que prejudica a visibilidade dos instrumentos da política de coesão.

- O relator solicita à Comissão e às autoridades de gestão que identifiquem formas de facilitar e padronizar o acesso à informação, promover um intercâmbio de conhecimentos e boas práticas sobre estratégias de comunicação, a fim de capitalizar melhor a experiência existente e aumentar a transparência e a visibilidade das oportunidades de financiamento.

- O relator destaca a necessidade de aumentar o diálogo da União com os cidadãos, de repensar os canais e estratégias de comunicação e, tendo em conta as oportunidades oferecidas pelas redes sociais e as novas tecnologias digitais, de adaptar as mensagens aos contextos locais e regionais.

- **Exposição de motivos: (ver página 12 do documento)**

- No relatório, o relator escreve que as políticas de financiamento da UE têm um impacto para todos os cidadãos da UE. No entanto, os resultados nem sempre foram bem comunicados.

- Pensa que na sequência do Brexit e do surgimento dos movimentos de populismo em toda a Europa, existe uma necessidade rigorosa de repensar os métodos de comunicação, contrariando a retórica anti-européia e euroescéptica e enviando uma mensagem clara aos cidadãos, com o objetivo de recuperar a confiança na visão comum do projeto europeu.

- Com este relatório o relator procura examinar as experiências reais e trabalhar em uma maior visibilidade dos fundos estruturais e de investimento e propõe uma abordagem para vincular os instrumentos da política de coesão com as políticas locais, a fim de aumentar a eficácia das decisões a nível local através do desenvolvimento participativo Governança como uma ferramenta eficaz para aumentar a visibilidade

- O Relatório avaliará como o impacto da comunicação através das Mídias sociais pode ser aumentado, dada a democratização do conteúdo da Mídia.

- Os beneficiários dos projectos ESI Funds assumirão o papel de "embaixadores" da política de coesão.

- **Parecer da Comissão dos Orçamentos: (ver página 14 do documento)**

- A Comissão observa com preocupação que existe um fosso visível entre os resultados documentados das intervenções da política de coesão e o valor acrescentado da política em geral, por um lado, e a percepção e reconhecimento de projectos financiados pela UE no terreno, por outro.

- Sublinha uma necessidade de simplificar como regras que regem uma implementação da política de coesão e uma necessidade de preservar uma boa administração financeira, comunicando-a adequadamente ao público

- Observa que a percepção dos Fundos ESI não será melhorada apenas pelas atividades de informação e comunicação, mas por valor agregado quantificável e tangível gerado por esses fundos.

- **Parecer da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais: (ver página 18 do documento)**

- A Comissão chama a atenção para a crescente importância das redes sociais e também para a divulgação da propaganda anti-europeia na internet. Enfatiza a importância de garantir uma linguagem favorável aos cidadãos e sugere o aumento do uso de conceitos como "linguagem simples"; Recomenda o uso mais intenso das mídias sociais para comunicar os sucessos das políticas de coesão e as oportunidades relacionadas ao seu uso.

- Reconhece a necessidade de adoptar uma abordagem pedagógica em relação aos fundos em causa, a fim de evitar reações nacionalistas a um instrumento que se baseie na solidariedade com as regiões mais desfavorecidas ou com as pessoas que mais necessitam dessa solidariedade, como os desempregados ou aqueles em Risco de exclusão social;

- Solicita à Comissão que reduza os encargos administrativos, sem afectar os controlos e as auditorias necessários, com vista a garantir uma melhor taxa de absorção, em especial para as PME, as microempresas e as empresas das zonas rurais remotas, a fim de promover a sua capacidade de criar Emprego e valor econômico, e para organizações da sociedade civil.

- Salienta a importância da integração dos refugiados como uma questão política urgente após a crise dos refugiados; Insiste, a este respeito, na alocação adequada dos fundos, no uso flexível dos recursos e na busca mais adequada dos grupos de risco, a fim de mitigar o risco de exclusão e as tensões sociais.

Link útil: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A8-2017-0201+0+DOC+PDF+V0//EN>

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

Sessão Plenária de Estrasburgo - 12 a 15 de Junho

Sobre medidas específicas para conceder uma assistência suplementar aos Estados-Membros afetados por catástrofes naturais

- **Fonte 1: Diário de Notícias - 8 de Junho 2017**

Link: <http://www.dn.pt/mundo/interior/europa-e-a-terceira-regiao-do-mundo-mais-afetada-por-desastres-naturais-5478466.html>

Europa é a terceira região do mundo mais afetada por desastres naturais.

Especialista das Nações Unidas diz que "é melhor investir em prevenção do que em recuperação, porque pode não restar nada para recuperar" nos países atingidos

A Europa é a terceira região do mundo mais afetada por catástrofes naturais, como sismos e inundações, logo a seguir às Américas e à Ásia, indicou hoje, em Lisboa, um especialista do departamento das Nações Unidas.

Luca Rossi, do departamento para a Redução do Risco de Desastres, falava durante uma intervenção na Conferência Internacional "Património Cultural: Prevenção, Resposta e Recuperação de Desastres", que decorre entre hoje e sexta-feira, na Fundação Calouste Gulbenkian.

De acordo com o responsável, "embora se esteja a aumentar a resposta ao impacto humano destas situações de emergência, os danos económicos têm vindo a aumentar", também na área do património cultural.

"Há uma falta de capacidade para recuperar os recursos económicos vindos do turismo e dos monumentos, e também há uma perda enorme em relação à identidade cultural, muito afetada quando as catástrofes acontecem", apontou.

Recordando os abalos sísmicos que têm afetado Itália, este ano, deu como exemplo a igreja de San Benedetto, em Norcia, que já foi totalmente destruída por três vezes, devido aos terramotos.

"Veneza é vista como um exemplo de proteção do património cultural, porque fez um investimento de seis mil milhões de euros, para criar uma barreira que impeça o avanço das águas, e, ao mesmo tempo, conta com uma rede de voluntários residentes, a quem deu formação", disse Luca Rossi.

Na opinião deste especialista, "é melhor investir em prevenção do que em recuperação, porque por vezes pode não restar nada para recuperar a seguir a uma catástrofe".

Por outro lado, Aparna Tandom, do Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) alertou para as intervenções de ajuda humanitária que estão a aumentar nalguns países, que se tornam mais vulneráveis devido às catástrofes e conflitos cíclicos como é o caso do Nepal e o Haiti.

"Realmente enfrentamos uma ameaça global. Alguns países sofrem desastres naturais cíclicos, com o Nepal e o Haiti, com sismos ou furacões. Outros são alvo de conflitos cíclicos, como a Síria, o Iemen, o Iraque ou a Líbia, ou então ambos se juntam, tornando as situações de emergência ainda mais complexas", apontou a especialista.

Aparna Tandom apontou que os "conflitos bélicos tornam os países mais vulneráveis para enfrentar situações de desastres naturais, e a intervenção de auxílio humanitário fica ainda mais complexa".

O encontro - que conta com o apoio institucional da organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) - reúne, na comissão organizadora, Isabel Raposo de

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

Magalhães, do Museu Nacional dos Coches, Rui Xavier, da Fundação Calouste Gulbenkian, Isabel Saraiva, da Fundação Oriente, e Xavier Romão e Esmeralda Paupério, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Entre os oradores esperados estão Lina Kutiefan, diretora-geral das Antiguidades e Monumentos da Síria, que irá falar sobre "O Património Cultural da Síria durante a crise", e Corine Wegener, do Instituto Smithsonian, que tutela um conjunto de museus nos Estados Unidos, e que falará sobre o programa desta entidade, aplicado na resposta aos desastres.

Portugal também tem sido palco de catástrofes que atingem o património cultural, nomeadamente os grandes sismos de Lisboa e Angra do Heroísmo - recorda a organização -, os incêndios dos Palácios de Queluz e da Ajuda, da Igreja de S. Domingos ou do Teatro D. Maria II, ou as inundações de 1967, que provocaram graves danos às coleções do Museu Gulbenkian.

Além de fomentar a partilha de experiências, o encontro visa ainda alargar e reforçar bases de cooperação internacional -- também com os países do mundo lusófono - e também em Portugal.

Serão abordados temas como a análise e gestão de riscos, o efeito da catástrofe a médio e longo prazo nas instituições, casos paradigmáticos que fazem parte da história da conservação, métodos e técnicas para prevenir e recuperar património.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 12 a 15 de Junho

Sobre medidas específicas para conceder uma assistência suplementar aos Estados-Membros afetados por catástrofes naturais

- **Fonte 2: Consilium - 3 de Março de 2017**

Link: <http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2017/03/29-natural-disasters/>

Em 29 março de 2017, o Comité de Representantes Permanentes deu o seu aval a uma proposta para aumentar o apoio que a UE presta a regiões afetadas por terremotos, inundações, secas e outras catástrofes naturais. A participação da UE nos custos de reconstrução elevar-se-ia a 90%, o que quase duplicaria a contribuição financeira da UE para certas regiões, que atualmente se situa nos 50%. A decisão de hoje permite à Presidência maltesa iniciar negociações com o Parlamento Europeu.

"Qualquer pessoa que tenha visto em primeira mão os efeitos de uma catástrofe natural conhece o impacto devastador que estes fenómenos podem ter na vida das pessoas. Não podemos evitar as catástrofes naturais, mas podemos oferecer apoio às regiões afetadas e ajudá-las nos esforços de reconstrução. Foi por isso que hoje tomámos esta decisão."

Ian Borg, Secretário Parlamentar de Malta responsável pela Gestão dos Fundos da UE e Prsidente do Conselho

O aumento da taxa de financiamento da UE aplicar-se-ia a pagamentos provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Manter-se-ia inalterado o volume total da parte do FEDER que é financiada pela UE, a qual se cifra em cerca de 196,4 mil milhões de euros para o período de 2014-2020.

O aumento da taxa de financiamento proveniente do FEDER complementaria a assistência financeira que a UE já disponibiliza através do seu Fundo de Solidariedade. O Fundo de Solidariedade pode ser mobilizado num montante máximo de 500 milhões de euros por ano para ajudar os Estados-Membros a lidar com catástrofes naturais.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 12 a 15 de Junho

Segunda-feira, dia 12

Apresentação de relatórios:

Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 no que respeita a medidas específicas para conceder uma assistência suplementar aos Estados-Membros afetados por catástrofes naturais.

Relator: Iskra Mihaylova (ALDE)

Comissão do Desenvolvimento Regional

- **Alguns dados em ter em conta antes da leitura do relatório:**

- Mais de três quartos do orçamento da UE têm gestão conjunta com autoridades nacionais através dos cinco fundos estruturais e de investimento.

- Orçamento para o FEDER para o período 2014-2020 - 196,4 mil milhões.

- Com esta mudança, a participação da UE nos custos de reconstrução elevar-se-ia a 90%. Atualmente essa contribuição situa-se nos 50%.

- Este valor, proveniente do FEDER, será um complemento à assistência financeira já disponibilizada pela UE, com o Fundo de Solidariedade.

- No Fundo de Solidariedade pode ser mobilizado um montante máximo de 500 milhões.

- **Exposição de motivos:**

- A relatora pensa que a fim de conceder esta assistência suplementar aos Estados-Membros afetados por catástrofes naturais, o quadro jurídico global estabelecido para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) tem de ser ajustado. Mais concretamente, a Comissão propõe alterar o artigo 120.º do Regulamento Disposições Comuns (RDC)1, introduzindo um eixo prioritário distinto para projetos de reconstrução apoiados pelo FEDER no âmbito de um programa operacional. Tendo em conta a potencial magnitude das catástrofes naturais, propõe-se uma taxa de cofinanciamento até 100 % para os projetos do FEDER. - A Comissão propõe igualmente que a nova medida seja aplicada retroativamente, considerando a data da catástrofe como a data de início da elegibilidade das despesas.

- A proposta da Comissão deverá completar na prática o apoio já proporcionado pelo FSUE, como definido no seu regulamento. A presente proposta é considerada neutra de um ponto de vista orçamental, permanecendo dentro dos limites da dotação global para o período de 2014-2020. O aumento da taxa de cofinanciamento até 100 % conduzirá a uma antecipação parcial dos pagamentos, seguida de uma diminuição dos pagamentos numa fase posterior, uma vez que a dotação global se mantém inalterada.

- A relatora considera que a política de coesão se deve adaptar aos novos desafios e permitir uma reação rápida em todos os Estados-Membros cujas regiões sejam afetadas por grandes catástrofes naturais.

- A relatora recomenda à comissão e ao Parlamento, na fase da sessão plenária, a aprovação da proposta da Comissão com o conjunto de alterações incluído no presente relatório. Estas alterações beneficiam de amplo apoio na comissão e, por conseguinte, é requerido o acordo do Parlamento em sessão plenária para dar início às negociações com o Conselho. **Link útil:** <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-%2f%2fEP%2f%2fTEXT%2bREPORT%2bA8-2017-0070%2b0%2bDOC%2bXML%2bV0%2f%2fEN&language=EN>

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

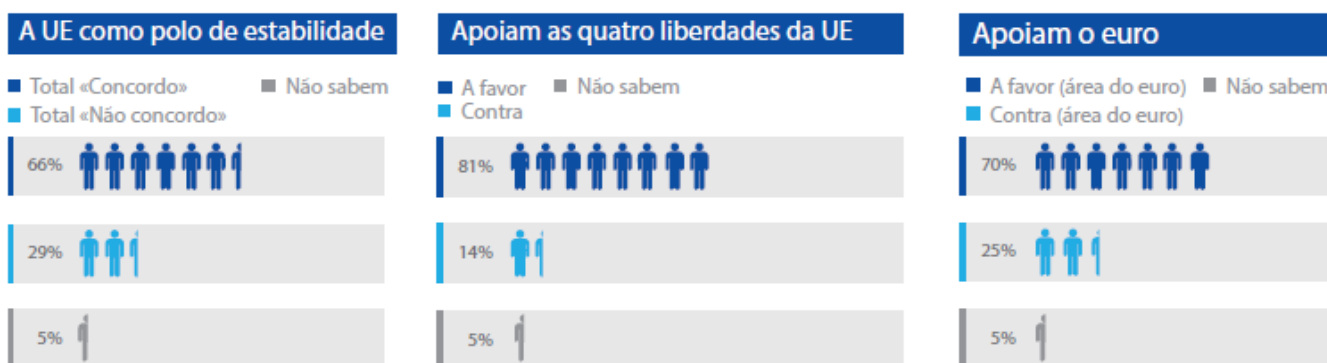
liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

Sessão Plenária de Estrasburgo - 12 a 15 de Junho

Sobre a refundação de uma Europa baseada em valores, assente em instituições democráticas eficazes e promovendo uma economia próspera numa sociedade justa e coesa

Como encaram os europeus a UE?



Fonte: Eurobarómetro, outubro e novembro de 2016, UE-28

Uma Europa para os cidadãos

Num momento de grande instabilidade, com uma crise de refugiados que teima em não ser resolvida, com o avanço de populismos e do nacionalismo e com a saída do Reino Unido da União, a Europa vive uma das suas maiores crises desde a sua criação.

Além disto, temos ainda incoerências da própria UE que criam a divisão e a discórdia, em que, de um lado, vemos países ameaçados com sanções quando não cumprem com algumas décimas do défice e, do outro, países a quem nada acontece depois de recusarem-se em assumir a sua quota no apoio à crise de refugiados, alguns deles, erguendo muros a quem mais precisa ao mesmo tempo que erguem também muros à democracia.

Em 2016, 29% da população não via a UE como um polo de estabilidade. Existem, também, 14% que são contra o princípio das quatro liberdades em que assenta o projeto europeu. Hoje, apenas 34% dos europeus têm conhecimento de projectos co-financiados pela União europeia que aumentaram a qualidade da vida da área em que residem.

É necessário que a UE e os Estados-Membros, através de uma comunicação eficaz e da simplificação da linguagem das políticas europeias, passem a mensagem de tudo aquilo que a UE já fez pelos seus cidadãos.

É preciso deixar a divisão e a fragmentação dos povos e procurar a união na diversidade. É preciso que não nos deixemos influenciar pelo populismo e pelo nacionalismo, apostados em manipular os cidadãos com ideologias pouco substantivas e promessas vazias, aproveitando-se do caos, do medo e da marginalização de alguns grupos da sociedade.

Depois de Trump e do Brexit, penso que os europeus ganharam consciência da sua necessidade de fazer escolhas. Isso ficou bem visível nas últimas eleições na Holanda e na França. É preciso passar a mensagem não só do que a Europa pode fazer por eles, mas do que eles podem fazer pela Europa. Apenas todos juntos, a pensar numa só bandeira, é possível fazer crescer e sonhar com um projeto europeu.

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com